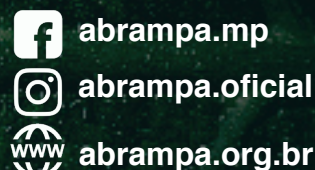




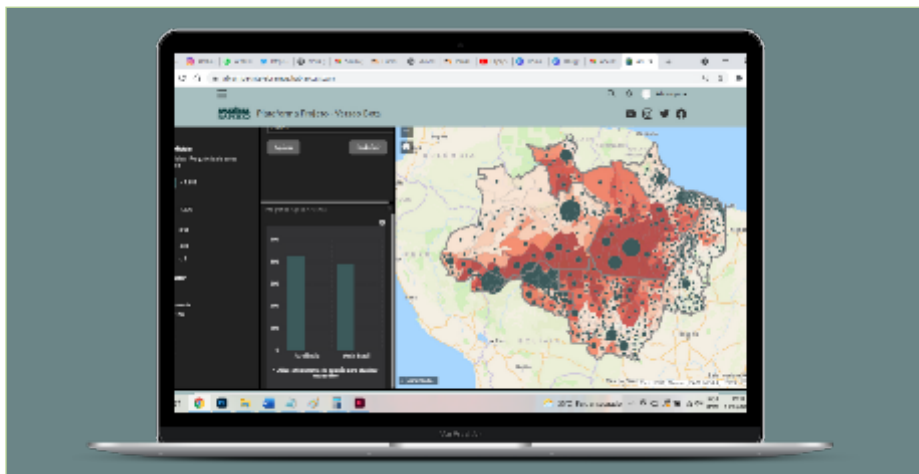
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE



ABRAMPA lança plataforma digital que auxiliará Ministério Público no combate aos ilícitos ambientais da Amazônia Legal

A plataforma foi lançada durante o *webinar* sobre o “Impacto dos Dados na Tutela de Direitos”. O produto faz parte do Projeto Amazônia em Foco: Estratégia e Ferramentas para o Ministério Público, e une as principais informações dos ilícitos ambientais, estatísticas e mapas temáticos do bioma.

PÁGINAS 2 e 3



1º Congresso Virtual Internacional da ABRAMPA é marcado por intensos debates

PÁGINAS 4 e 5

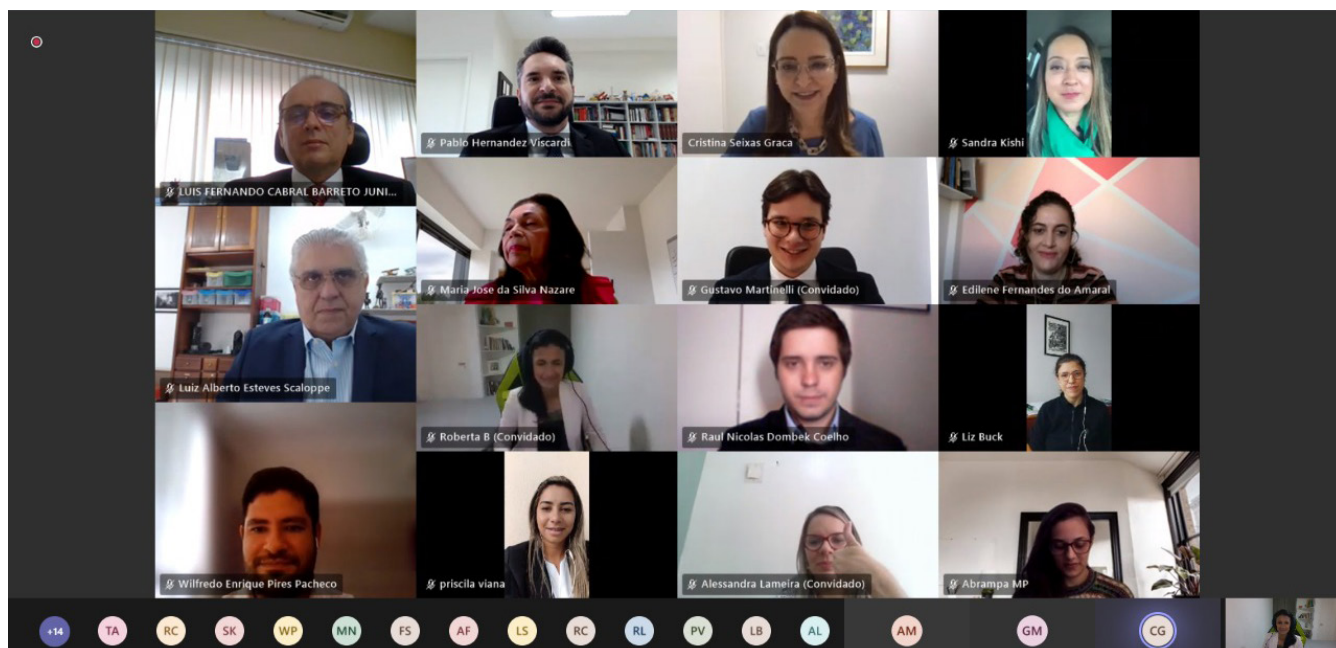


ABRAMPA desenvolve proposta técnica para viabilizar a avaliação de impactos climáticos no licenciamento ambiental



PÁGINAS 7

ABRAMPA lança plataforma digital que mapeia os ilícitos ambientais da Amazônia Legal



Participantes durante o webinar *Impacto dos Dados na Tutela de Direitos*, realizado pela ABRAMPA.

A plataforma foi lançada durante o webinar sobre o “Impacto dos Dados na Tutela de Direitos”

A Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA) lançou no dia 06 de agosto, a plataforma digital do projeto “Amazônia em Foco: Estratégias e Ferramentas para o Ministério Público. O lançamento aconteceu durante o webinar sobre o “Impacto dos Dados na Tutela de Direitos”, evento destinado aos membros dos Ministérios Públicos que atuam na Amazônia Legal.

A plataforma une as principais informações dos ilícitos ambientais, estatísticas e mapas temáticos da Amazônia

Legal, com base nos dados levantados no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Jusbrasil e nas promotorias de cada estado da região.

A presidente da ABRAMPA e coordenadora-geral do projeto, Cristina Seixas Graça, destaca a importância das informações que estão sendo coletadas. “Esse projeto tem trazido para a ABRAMPA informações relevantes. O projeto visa construir estratégias e trazer informações sobre boas práticas utilizadas nos Ministérios Públicos da Amazônia Legal para efeito de combate ao crime organizado. Há uma necessidade de se discutir mais a atuação criminal na área ambiental, considerando que houve uma mudança no perfil do criminoso ambiental. Acredito que é mais um instrumento que o Ministério Público deve utilizar

para efetuar a tutela ambiental de forma completa”.

O consultor na área de Direito, Gustavo Martinelli e a consultora na área de Sistema de Informação Geográfica, Roberta Brasileiro, abriram o webinar com a apresentação da Plataforma Amazônia em Foco. Segundo Roberta Brasileiro, a Plataforma está em constante desenvolvimento, são apresentados dados parciais de acordo com o recebimento de materiais enviados de cada Ministério Público pertencente à Amazônia Legal. “Houve um trabalho de compilação, tratamento e padronização dos dados para a construção da Plataforma”, informou Roberta.

Decisões Baseadas em Dados - Em seguida, o promotor de Justiça do Ministério Público de Rondônia, Pablo Her-



“É necessário restaurar a atividade prioritária da repressão criminal ao dano ambiental, acionar a investigação da improbidade ambiental e valorizar a construção penal da ideia do crime organizado.”

Procurador de Justiça do Ministério Público do Mato Grosso, Luiz Alberto Scaloppe.

nandez Viscardi, deu continuidade ao webinar abordando o tema Decisões Baseadas em Dados. “Nós temos que tomar muito cuidado com a higidez do nosso processo decisório (conjunto de atos e procedimentos adotados por pessoas e empresas visando uma decisão justa, isonômica). Ele tem que ser concatenado e

estabelecido de uma forma lógica, embasado em fatos práticos, frios e objetivos para que isso não incida ao nosso processo de tomada de decisão”, ressaltou Pablo.

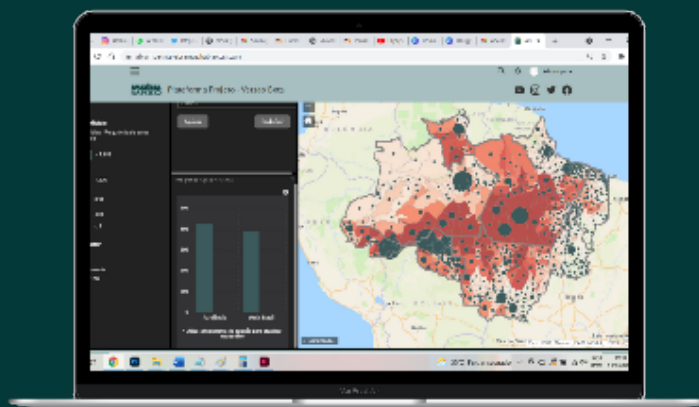
As problemáticas da resolutividade - A problemática da resolutividade foi outro tema abordado pelo procurador de Justiça do Ministério Público

do Mato Grosso, Luiz Alberto Scaloppe. “É preciso superar a cultura da formalidade inútil e incorporar ideias tecnológicas e equipamentos novos na questão do meio ambiente. Outra coisa importante é incorporar o discurso das outras ciências como elemento de convencimento. E por fim, é necessário restaurar a atividade prioritária da repressão criminal ao dano ambiental, acionar a investigação da improbidade ambiental e valorizar a construção penal da ideia do crime organizado”, pontuou Scaloppe.

Justiça 4.0 - O webinar foi finalizado com a palestra sobre e o impacto da gestão de dados na Justiça 4.0, elucidado pelo diretor de Projetos do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, Wilfredo Enrique Pires Pacheco.

Participaram do evento membros e técnicos dos Ministérios Públicos Estaduais do Acre, Amazonas, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e representantes do Ministério Público Federal e do CNJ.

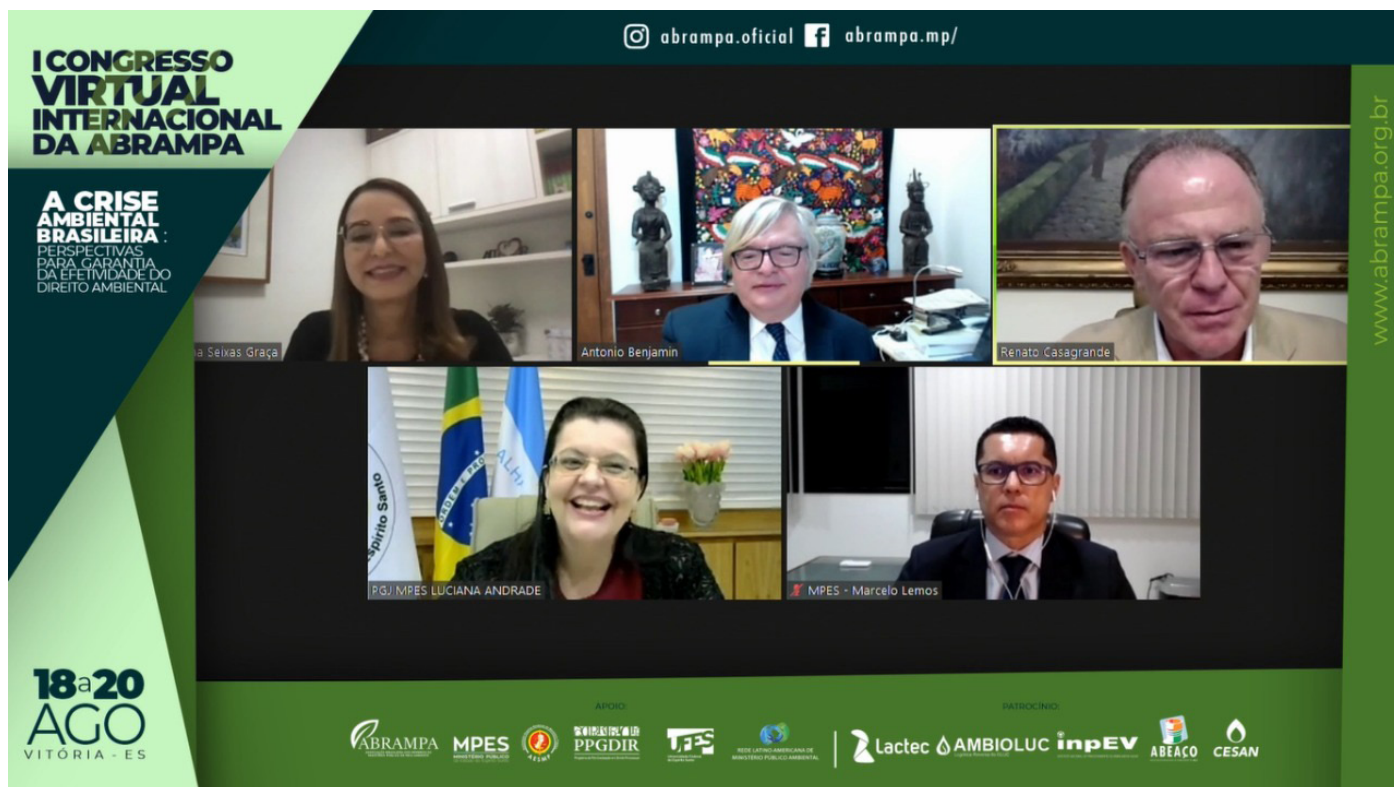
Plataforma do Projeto Amazônia em Foco



A plataforma virtual do Projeto Amazônia em Foco possui uma gama de informações, estatísticas e mapas interativos.

Nela os membros do Ministério Público lotados na Amazônia Legal terão acesso às estatísticas relacionadas às ações judiciais penais colhidas, ações judiciais *versus* alertas de desmatamento e Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV).

1º Congresso Virtual Internacional da ABRAMPA marca história da instituição



O evento ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de agosto com a participação de mais de 450 pessoas

O mês de agosto ficou marcado pela realização do I Congresso Virtual Internacional da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA). Foram 3 dias de intensos debates e palestras envolvendo a defesa do meio ambiente e temas relacionados. Com o apoio do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o congresso foi sediado em Vitória - ES, e, em razão da pandemia da Covid-19, foi realizado pela primeira vez de forma

remota.

A abertura do evento aconteceu na noite do dia 18 de agosto, com a palestra magna proferida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin, que defendeu a reorganização do Ministério Público com atuação na proteção ambiental, como forma de intensificar a defesa dos recursos naturais, sobretudo em face das mudanças climáticas em curso. Para Herman Benjamin, o meio ambiente não pode ser limitado por fronteiras. Enfatizou que: “O meio ambiente não respeita as fronteiras judiciais e nem mesmo as fronteiras políticas. Um desastre num grande rio em Minas Gerais pode destruir o Espírito Santo ou mesmo o Rio de Janeiro. A nascente está em um

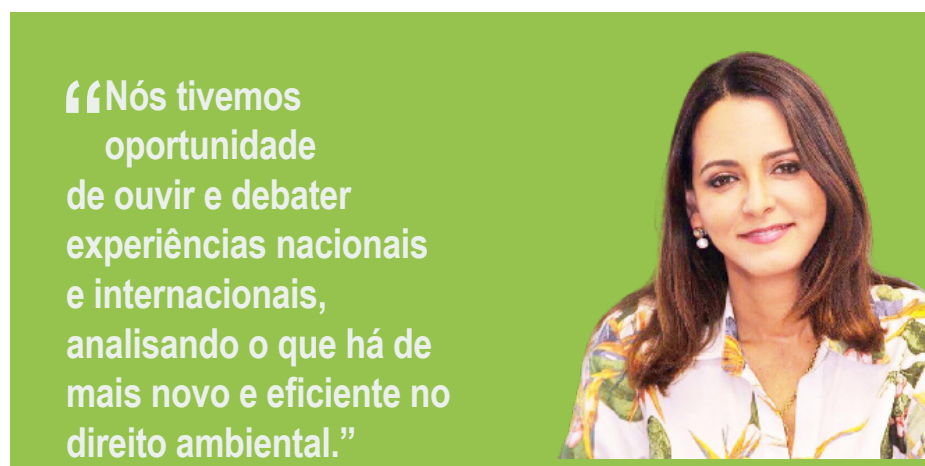
Estado, mas a foz está em outro. Então o meio ambiente não respeita essas fronteiras, o que eu chamo de “comarquismo”, e daí a necessidade, como propus ainda nos anos 1990, de o Ministério Público se organizar não com base na comarca, mas com base em microbacias ou em ecossistemas”.

Em seguida, a Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), Luciana Andrade ressaltou a importância de todos na proteção do meio ambiente. “Proteger o meio ambiente é proteger o futuro. Não é só a missão dos ambientalistas, mas de todos nós, por se tratar de direito fundamental, o que impõe um esforço hercúleo dos diferentes segmentos da sociedade brasileira, como

nosso governador, com tanta sabedoria disse. Nesse sentido, a convergência de vontade de todas as instâncias públicas e privadas é essencial para a mudança pretendida, fruto de uma consciência ética e de um novo estilo de vida, voltado para a recuperação e a conservação no meio ambiente”, discursou Luciana Andrade.

Painéis - O Congresso contou com 5 painéis com temas diversos e atuais, em especial aqueles mais relevantes no cenário da governança ambiental, buscando debater os desafios da implementação do Direito Ambiental no âmbito nacional e internacional como: biomas ameaçados: desmatamento, queimadas, retrocessos e mudanças climáticas; a expectativa da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o novo marco do saneamento básico no Brasil; governança ambiental e mediação no direito dos desastres, bem como ESG/ASG – as empresas e o Ministério Público: o ambiental, o social e a governança.

Palestrantes – Para tratar dos temas contamos com os mais experientes e competentes profissionais que atuam do Direito Ambiental Brasileiro, seja na área jurídica, seja na área téc-




Presidente da ABRAMPA, Cristina Seixas Graça.

nica e científica, como o Min. Herman Benjamin, Raoni Raão, Marcelo Abelha Rodrigues, Caio Borges, Tiago Fensterseifer, Edilson Vitorelli, Flávia Marchezine, Luis Scaloppe, Alexandre Gaio, Lélío Braga Calhau, Sandra Kishi, Hermes Zanetti Jr, Marcelo Lemos, Rafael Rocha, Luciana Moessa, Marlos Moreira dos Santos José Alexandre Vasco, Marlos Moreira dos Santos, Murilo Bustamente, João Cesar Rando, Alexandra Facciolli, Flor de Maria Zapata, Juan Sebastian Lloret, Oswaldo Canelas, Edgar Ochoa, Silvia Rochabrun, Luis Fernando Barreto, entre outros.

Público - O evento contou com membros do Ministério Público Brasileiro (que atuam na área ambiental), magistrados, ad-

vogados, servidores de órgãos ambientais, empresas, técnicos, consultores, organismos não governamentais, professores e estudantes universitários e das redes de ensino pública e privada.

Após dois dias de intensos debates e novas perspectivas para o direito ambiental a presidente da ABRAMPA, Cristina Seixas Graça, encerrou o evento emocionada. “Nós tivemos oportunidade de ouvir e debater experiências nacionais e internacionais, analisando o que há de mais novo e eficiente no direito ambiental. Verificamos a evolução do direito ambiental ao longo dos anos, e como pode se efetivar mudanças nesses tempos de crise ecológica. As palestras levam todos a essa reflexão”, salientou.



Fique ligado!

O próximo Congresso da ABRAMPA está previsto para acontecer de forma presencial em abril de 2022, na cidade de Vitória – ES. Marque na sua agenda e acompanhe todas as novidades nas redes sociais da instituição.

ABRAMPA requer ingresso como *amicus curiae* em ação que discute a consolidação de desmatamentos irregulares no Paraná

Em conjunto com outras 9 entidades da sociedade civil, a ABRAMPA requereu ingresso como *amicus curiae* na Suspensão de Liminar nº 2.950, em trâmite do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O caso debate a possibilidade de desmatamentos irregulares em áreas protegidas da Mata Atlântica serem consolidados com base na interpretação do Código Florestal.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região havia confirmado a liminar, deferida pelo juízo de origem, para impedir o cancelamento de autos de infração por supressão ilegal de vegetação, bem como a homologação de Cadastros Ambientais Rurais sem que haja compromisso de recomposição da vegetação e a concessão de licenças para empreendimentos nas regiões protegidas pela Lei da Mata Atlântica. A decisão, no entanto, foi suspensa monocraticamente pelo Presidente do STJ.

Contra a decisão, o Ministério Público Federal interpôs Agravo Interno, que deve ser levada a



Desmatamento da Mata Atlântica. Foto: Reprodução/RPC

Julgamento em breve pelo STJ. Para contribuir com o julgamento, a ABRAMPA apresentou estudos atualizados e informações relevantes, que evidenciam que não há justificativas fáticas que impeçam a proteção integral dessas áreas. Cuida-se de apenas 0,4% da área produtiva do Estado, em áreas nas quais a cobertura florestal é fundamental não apenas para a preservação do bioma, mas para a segurança hídrica e para a viabilidade da produção agrícola do Estado.

CURTINHAS

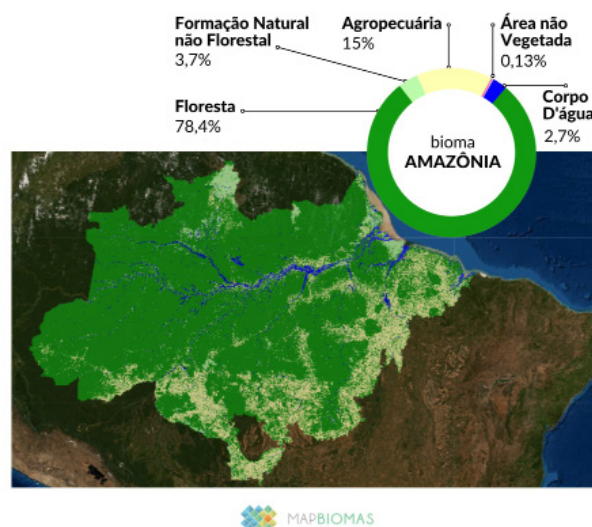
Coleção 6 do MapBiomas

O MapBiomas realizou uma série de webinars temáticos da Coleção 6 apresentando dados dos diferentes biomas e temas transversais obtidos a partir do mapeamento de imagens de satélite entre 1985 e 2020.

Os *webinars* foram transmitidos via *Youtube* e abordaram as [transformações do território brasileiro](#), da [Amazônia](#), do [Cerrado](#), da [Mata Atlântica](#), do [Pantanal](#) e a [expansão da mineração e do garimpo](#).

Amazônia

Cobertura e uso da terra - O bioma de 1985 a 2020



Contribuição sobre os Guias de Avaliação de Impacto Ambiental do IBAMA

A ABRAMPA pontua a necessidade de incorporação de um diagnóstico dos impactos climáticos de empreendimentos rodoviários e ferroviários

Em agosto, a ABRAMPA apresentou suas contribuições técnicas ao Guia de Avaliação de Impacto Ambiental desenvolvido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA como referência para o licenciamento de rodovias e ferrovias. O órgão ambiental vem divulgando matrizes de impactos ambientais específicas para diferentes tipologias de empreendimentos. A ABRAMPA já havia apresentado contribuições a respeito das termelétricas, pontuando a necessidade de incorporação de um diagnóstico dos impactos climáticos desses empreendimentos que permita a sua adequada mitigação e compensação.

Com relação às rodovias e ferrovias, chama a atenção a íntima relação entre a criação e ampliação de estruturas ferroviárias e rodoviárias e o aumento dos impactos ambientais no entorno, inclusive o desmatamento, que é responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa do país. Cerca de 95% do desmatamento na Amazônia brasileira ocorre em um raio de 5,5km das estradas ou 1km dos rios, o que não pode deixar de ser considerado no licenciamento desses empreendimentos.



A criação e ampliação de estruturas ferroviárias e rodoviárias e o aumento dos impactos ambientais no entorno, inclusive o desmatamento, que é responsável pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa do país

Diante da crescente pressão global pela transição para uma economia de baixo carbono, não há dúvidas de que o

licenciamento ambiental pode ser um instrumento fundamental para uma política climática efetiva.

CURTINHAS **ABRAMPA** **participa da** **Iniciativa do** **Governo Aberto**

Entre os meses de setembro e outubro de 2021, a ABRAMPA participa da construção do 5º Plano de Ação de Governo Aberto para o Licenciamento Ambiental Federal. A iniciativa internacional, liderada pela Controladoria Geral da União – CGU,

busca aproximar o governo da sociedade civil e definir compromissos a serem executados no próximo ano a fim de aumentar a transparência, a participação social, a responsabilidade e a inovação no Poder Público.

O foco dos encontros tem sido a busca pela melhoria na estrutura e formato de divulgação dos dados de licenciamento ambiental, através de alguma metodologia que seja mais simples, direta e permita o *feedback* dos usuários.

ABRAMPA DESENVOLVE PROPOSTA TÉCNICA PARA VIABILIZAR A AVALIAÇÃO DE IMPACTOS CLIMÁTICOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL



A ideia central que orientou o trabalho foi a necessidade de criar um ferramental que permita que os estudos ambientais que subsidiam os licenciamentos de empreendimentos com grande potencial degradador ou poluidor do meio ambiente.

A Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente (ABRAMPA) coordenou os esforços para o desenvolvimento de uma proposta técnica que integra a preocupação com as mudanças do clima no licenciamento ambiental. A proposta foi desenvolvida no âmbito do Projeto Política de Mudança Climática em Ação, coordenado pelo Promotor de Justiça Alexandre Gaio, e busca contribuir para dar efetividade à Política Nacional sobre Mudanças do Clima – PNMC.

A ideia central que orientou o trabalho foi a necessidade de criar um ferramental que permita que os estudos am-

bientais que subsidiam os licenciamentos de empreendimentos com grande potencial degradador ou poluidor do meio ambiente, sujeitos a EIA/RIMA, contemplem também os seus impactos climáticos.

A partir de robusta fundamentação teórica, foi elaborada uma matriz de impactos climáticos, bem como um termo de referência que viabilizam a análise, pelos órgãos ambientais e de controle, das emissões de gases de efeito estufa que podem contribuir para o agravamento das mudanças climáticas, bem como de eventuais interferências que podem reduzir a resiliência dos ecossistemas às mudanças do clima já em curso.

Com isso, os impactos de atividades e empreendimentos ao sistema climático passam a ser previstos expressamente e, consequentemente, devidamente mitigados e compensados.

A proposta de abordagem climática desenvolvida preenche uma lacuna no arcabouço técnico disponível para os processos de licenciamento ambiental, de modo a atender a legislação ambiental em vigor, em especial à efetiva concretização dos princípios do poluidor-pagador, da precaução e da prevenção.

O documento está disponível para consulta no [site da ABRAMPA](#).

Fique por dentro!

PrevisIA: Inteligência Artificial ajuda na prevenção dos desmatamentos na Amazônia

Aberta ao público, plataforma analisa diversas variáveis, entre elas estradas legais e ilegais, para mostrar as áreas sob maior risco.

Fonte: Imazon

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), a Microsoft e o Fundo Vale lançaram oficialmente a [PrevisIA](#), uma plataforma que usará Inteligência Artificial (IA) para prever as áreas sob maior risco de desmatamento na Amazônia. E, com isso, fornecerá dados para que a destruição da floresta possa ser evitada.

A solução foi apresentada no dia 4 de agosto em um evento virtual. Aberta ao público e com fácil visualização de dados, a PrevisIA analisa diversas variáveis para indicar as áreas sob maior risco de desmatamento, entre elas estradas legais e ilegais, topografia, cobertura do solo, infraestrutura urbana e dados socioeconômicos. Para realizar essa análise, a ferramenta conta um algoritmo de IA e com um modelo de risco desenvolvidos pelo Imazon e com recursos avançados de nuvem de computadores do *Microsoft Azure*.

Além do mapa de calor, a plataforma indica a área total



Plataforma de inteligência artificial PrevisIA mostra as áreas sob maior risco de desmatamento na Amazônia. Além do mapa de calor, há informações sobre estradas legais e ilegais e rankings de estados e municípios. Imagem: Imazon.

e o número de municípios, unidades de conservação, terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos rurais sob risco de desmatamento na Amazônia. A ferramenta também possibilita a análise por estado e fornece rankings de estados e municípios com maior probabilidade de terem áreas de floresta destruídas.

Informações que poderão

ser usadas por órgãos públicos para o planejamento e a execução de ações preventivas, de combate e de controle do desmatamento. E para assegurar que os públicos que podem ser mais beneficiados pela PrevisIA possam utilizar a plataforma, o Imazon fará um trabalho de engajamento para explicar como essa tecnologia pode ser uma aliada na proteção da Amazônia.

EXPEDIENTE

Cristina Seixas Graça - Presidente da ABRAMPA e coordenadora de projetos

Alexandre Gaio - Promotor de justiça, coordenador-geral projeto Política de Mudanças Climáticas em Ação

Alan Santos - Secretário Executivo

Rafaela Martins - Assessoria Administrativa

Liz Buck - Gestão dos Projetos

Alessandra Lameira - Consultora na área da Comunicação

Este boletim foi produzido no âmbito do projeto Amazônia em Foco: Estratégias e Ferramentas para o Ministério Público.

**AMAZÔNIA
EM FOCO**
ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO

Outros Projetos:

**POLÍTICA DE
MUDANÇAS
CLIMÁTICAS
EM AÇÃO**
ABRAMPA EM PROL DA
GOVERNANÇA DO CLIMA